

■ COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

from Brazil

Um governo sem prioridades

Maria Clara R. M. do Prado



Pressões, descontentamento, discordia. Mal se tomou conhecimento do conteúdo das medidas de ajuste fiscal, e começam a surgir críticas dentro e fora do governo.

É natural que isso aconteça em regime democrático. Afinal, o ato de discordar é direito de qualquer um.

Não deixa de ser estranho, porém, que aconteça dentro da esfera do Poder Executivo. Ainda mais quando a queixa tornada pública parte do núcleo de auxiliares mais próximos e da maior confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Indica que o presidente, depois de quase quatro anos de mandato, não conseguiu montar uma equipe coesa e integrada.

As divergências têm como foco o mesmo

ponto que as sustentam desde o dia 1º de janeiro de 1995.

Ou seja, a política de valorização cambial, que na visão de alguns influentes políticos obriga o governo a praticar juros elevados, comprometendo o nível da atividade econômica e gerando desemprego.

Essa política estaria patrocinando a expansão do déficit público pela via do encarcamento dos custos da dívida interna do governo. As verbas destinadas à saúde e à educação ficam sem espaço para crescer. Na verdade, tendem a encurtar.

É preciso colocar os pingos nos is.

Não há dúvida de que, entre todas as medidas anunciadas, a mais corajosa foi justamente a que introduziu um corte de R\$ 8,7 bilhões na rubrica do orçamento conhecida como "outras despesas correntes e de capital", vulgarmente chamada de OCC.

Houve ameaças no passado, mas desde o Plano Real o governo preferia fingir que não via. O OCC era sempre desequilibrado, os ministros ficavam todos satisfeitos, mas na hora de soltar o dinheiro cabia ao secretário

do Tesouro Nacional a árdua tarefa de segurar o caixa.

Pressionada pela crise cambial, a equipe econômica toma coragem e convence o presidente da imperiosa necessidade dos cortes. Há razão para isso, todos reconhecem.

O ponto nevrálgico aqui não é o tamanho do corte, nem a iniciativa do corte, mas, sim, o processo do corte.

Não deixa de ser mais cômodo passar a faca indiscriminadamente pelos mais variados tipos de despesa. Evita que uns ministros se sintam mais desprestigiados do que outros. É a melhor alternativa para quem não quer se chatear.

Mostra, contudo, uma falha de conteúdo do ato de governar. Torna explícita a total ausência de um programa de governo, já que prioridades não há.

Pouco importa se durante a campanha eleitoral o grande gancho foi a tese do investimento no social. A considerar o corte

linear do OCC e as reclamações do ministério da Saúde, suspeita-se que as promessas de campanha sejam já fato do passado.

A rigor, não é fácil definir prioridades.

Independentemente do que foi prometido aos eleitores, alguns hão de perguntar: por que deveria o governo privilegiar investimentos para que o cidadão brasileiro viva

com mais saúde e tenha um melhor nível educacional ao invés de gastar na conservação de estradas ou nos programas de reforma agrária?

Nenhum governo que se preza pode escapar da responsabilidade de definir prioridades.

O presidente tem legitimidade suficiente para isso. Seu programa de campanha é a base sobre a qual teria de governar. Só ajudaria: colocaria para correr os fisiológicos, calaria a boca dos insatisfeitos, evitaria a pressão por interesses individuais.

Mais ainda, evitaria brigas internas dentro

do próprio Poder Executivo. Ganhos e perdas devem ser imputados à atuação do presidente da República e não à conta pessoal de seus ministros.

Do jeito como tem sido feito, acaba-se prejudicando áreas carentes de investimento. Os respingos, propositais ou não, podem comprometer carreiras políticas.

Esse emaranhado de interesses e de disputas internas seria facilmente evitado se desde o início ficasse claro que o partido do presidente eleito tem promessas a cumprir.

Um governo que não tem programa, que não tem prioridades, que não define onde quer chegar, não pode fazer do orçamento um instrumento efetivo de suas ações.

Em qualquer país civilizado, o orçamento é a mais importante peça política de um governo. Permite ao cidadão acompanhar onde são gastos os impostos que paga. Isso requer a definição de prioridades de acordo com as diretrizes do partido que está no governo. É para isso que os governantes são eleitos. ■

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)